

Franklin Martins

■ DE BRASÍLIA



Quorum em Manhattan

Colunas políticas em véspera de eleições geralmente tratam de eleições. É um costume que peço licença para não seguir hoje. Afinal, não estamos assistindo a finais eletrizantes nos estados mais importantes nem há sinais de viradas de última hora no comportamento do eleitorado. Fora o Rio Grande do Sul, o Espírito Santo, o Distrito Federal, Sergipe e Santa Catarina, em que os resultados são incertos, nos demais estados é pouco provável que haja surpresas.

No triângulo Rio-São Paulo-Minas, os tucanos devem fazer barba, cabelo e bigode. De lambuja, ganharão no Pará com Almir Gabriel. Maguito Vilela e Antônio Mariz, ambos do PMDB, devem levar em Goiás e na Paraíba, vitórias previsíveis desde o início da campanha. Surpresa mesmo é o triunfo de outro peemedebista, o Mão Santa, que no Piauí está fazendo o milagre de derrotar o poderosíssimo esquema de Hugo Napoleão e Freitas Neto. Na Bahia, o pefelista Paulo Souto vencerá com sobras o saco de gatos que se formou para enfrentar a hegemonia regional de Antônio Carlos Magalhães.

Tudo somado, parece que o eleitor votará em 15 de novembro um pouco mais à esquerda do que em 3 de outubro, sinalizando que, se não embarcou no que lhe parecia um salto no escuro no primeiro turno, nem por isso acredita que está vivendo no melhor dos mundos. Espera que o Governo Fernando Henrique promova mudanças efetivas no país.

Posto isso, vamos a Nova York. Mais precisamente ao prédio das Nações Unidas. Até o final de dezembro ele receberá a visita de 52 congressistas brasileiros. Ou seja, quase 10% dos efetivos do nosso parlamento, um quorum espetacular levando em conta que a sede da organização internacional encontra-se a nada menos de sete mil quilômetros de Brasília. O presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, que está na cidade norte-americana em companhia da esposa e do assessor de imprensa, irritou-se com a preocupação da imprensa com o assunto. Para ele, trata-se de uma boba-gem.

Provavelmente Inocêncio deve considerar outra boba-gem a notícia de que a Câmara abriu licitação para a compra de 1.381 geladeiras, fogões e máquinas de lavar roupa para equipar os apartamentos funcionais dos deputados. O edital da licitação foi publicado no Diário Oficial pouco depois de o Governo anunciar um pacote para conter o consumo.

As duas miudezas, a do voo alegria e a da linha branca, são apenas as facetas mais recentes de um problema de primeira grandeza, que vem à tona regularmente: o que o Congresso julga trivial para seus membros não passa de mordomia e privilégio aos olhos da opinião pública. Quem está certo?

No caso dos eletrodomésticos, dificilmente a Câmara convencerá uma dona de casa de que a vida útil de uma geladeira anda em torno de quatro anos só porque ela está instalada no apartamento de um deputado. Quanto às viagens, é de praxe que o Congresso envie uma pequena delegação à assembléia da ONU. Mas 52 deputados e senadores é dose pra leão.

A Câmara está construindo atualmente um auditório subterrâneo e mais uma ala de gabinetes. Nos últimos anos, levantou um novo anexo, inaugurou um espaço cultural e fez reformas no plenário. Não há um só dia em o complexo de prédios que forma o Congresso não seja palco de uma obra de proporções. Isso sem falar nas despesas com a dança das divisórias, as compras de computadores e outros equipamentos, e as vantagens concedidas a três por dois aos servidores. Não importa se o tempo é de vacas magras ou se a sociedade acha que a hora é de apertar os cintos — o Congresso age como se vivesse em outro planeta.

Gastando em obras dispensáveis e em mordomias injustificáveis, a Câmara e o Senado acabam sem autoridade para enfrentar questões importantes, como a dos baixos salários dos parlamentares ou o sistema de funcionamento do plenário. Deputados e senadores ganham hoje em torno de R\$ 3.000 líquidos. É pouco, muito abaixo da média histórica. Seria preferível que ganhassem mais, mas sem direito a tantas mordomias, na base do preto no branco no contracheque.

Quanto ao plenário, não há a menor necessidade de que ele funcione cinco dias por semana, como pede a opinião pública — a meu ver, erradamente. A maioria dos parlamentos do mundo funciona perfeitamente com sessões de terça a quinta. Os outros dias da semana são dedicados a visitas, audiências e reuniões, que também fazem parte do trabalho dos congressistas. Se for esclarecida, a sociedade pode entender isso. Mas como discutir com seriedade questões como essas com 1.381 Brasileiros no meio do plenário e 52 deputados e senadores em Nova York?